

# Dimensões do passivo na história da sexualidade e a categoria “mulher” na perspectiva decolonial

DIMENSIONS OF THE LIABILITY IN THE HISTORY OF SEXUALITY  
AND THE CATEGORY ‘WOMAN’ FROM A DECOLONIAL PERSPECTIVE

**Alessandra Ruivo Jacob**

**Resumo** • *Abstract*

O artigo tem por objetivo investigar as dimensões do passivo impostas às mulheres ao longo da história da sexualidade. A psicanálise será apresentada em sua vertente freudiana como mais um campo de reprodução dos ideais eurocêntricos na definição da sexualidade feminina. Nessa perspectiva a consideração da categoria “mulher” está sustentada na figura da mulher branca, europeia, heterossexual e burguesa. O feminismo decolonial e as epistemologias africanas contribuem para a compreensão da colonialidade atrelada ao capitalismo contribuindo para o chamado *sistema moderno/colonial* de gênero que perdura na atualidade.

*The aim of this article is to investigate the dimensions of the passivity imposed on women throughout the History of Sexuality and to question whether this passivization affects all women in the same way. Psychoanalysis will be presented in its Freudian perspective from the Modern Era as yet another field that reproduces Eurocentric ideals in the definition of female sexuality, through the metapsychology of femininity. Within this epistemology, the category “Woman” is grounded in the figure of the white, European, heterosexual, bourgeois woman. decolonial feminism and African epistemologies contribute to the understanding of the coloniality tied to global capitalist power, creating a modern/colonial gender system that remains prevalent today.*

**Palavras-chave** • *Keywords*

história da sexualidade; feminismo decolonial; apassivamento; capitalismo; psicanálise.

*history of sexuality; decolonial feminism; passivization; capitalism; psychoanalysis.*

A sexualidade humana tem atravessado diversas mudanças ao longo da história (STEARNS, 2010). Entre elas estão aquelas que aconteceram no período das Grandes Navegações, marcada pelo colonialismo de países europeus como Portugal, Espanha, França e Inglaterra, que durante os séculos XIV a XVII ocuparam os territórios da América, África e Ásia. Por Colonialismo, entendemos o movimento de dominação de um povo sobre o outro, a partir de uma relação verticalizada (LUGONES, 2020).

As mudanças operadas pelas transformações do sistema econômico no período moderno promoveram a *apropriação primitiva e a feminização da pobreza* (FEDERICI, 2017). Nesse contexto histórico a perseguição a mulheres consideradas bruxas não foi obra do acaso, mas instrumento de colonização que resultou no declínio da autonomia feminina.

Foi nesse mesmo período que rígidos padrões de generificação, categorizações raciais e repressões sexuais foram impostos de forma violenta. O patriarcado, eurocêntrico e branco, teve seu fortalecimento através da *colonialidade do poder*, conceito de Aníbal Quijano (2005) revisto criticamente por Maria Lugones, socióloga e feminista argentina, que propôs em seu lugar o *sistema moderno/colonial de gênero*. A socióloga desenvolve uma análise crítica à teoria de Quijano, reiterando que o gênero é uma categoria imposta pela colonialidade, questão que o primeiro autor manteve sob a consideração da naturalização do dimorfismo sexual e do gênero biologizado (LUGONES, 2020).

O feminismo decolonial trazido por Lugones apresenta uma possibilidade de superação da colonialidade que ainda se perpetua, mesmo que o colonialismo tenha seu período histórico datado e encerrado após o século XVII. Com a independência dos países colonizados esse período terminou, porém, o sentido de colonialidade permanece por tratar da perpetuação desse movimento, possuindo uma grande força de dominação em diferentes âmbitos da vida dos povos colonizados (MAIA; MELO, 2020).

À medida que a forma de vida mudava em uma determinada sociedade, ocorriam cerceamentos na condição de existência das mulheres. A exclusão das mulheres na constituição dos direitos as impediu de tomar decisões tanto no âmbito público como no privado. Sendo um corpo que gesta e reproduz, a mulher serviu aos propósitos econômicos e políticos das sociedades capitalistas

(FEDERICI, 2017), que necessitam do trabalho de pessoas subalternizadas para o acúmulo de produção. Assim sendo, as mulheres de demoníacas no período das caça às bruxas, passam a ser representadas no decorrer do período moderno como seres obedientes, passivos, assexuados e mais morais<sup>1</sup> que os homens. Com essa contínua desvalorização surge uma nova feminilidade associada ao passivo (FEDERICI, 2017). Portanto, a associação do masculino ao ativo e do feminino ao passivo tem o intuito de destinar às mulheres uma forma de existência controlada e voltada à hegemonia masculina e aos interesses do capitalismo.

O vitorianismo e a constituição da família burguesa, foi um outro importante fato histórico que corroborou para a degradação do feminino no meio público e privado (USSEL, 1980). A feminilidade passiva imposta às mulheres será articulada com a psicanálise no que se refere ao recorte da sexualidade feminina de Sigmund Freud (1931; 1933), evidenciando a influência vitoriana nas construções da metapsicologia da sexualidade feminina e no desenvolvimento psicosssexual da menina.

As significações socioculturais atribuídas aos termos masculino e ativo, feminino e passivo, dão mostras de como se associam e como ainda persistem no imaginário e nas crenças populares, resultando em estereótipos generificados. No *Moderno Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa* (on-line) encontramos no verbete feminino: “*próprio de mulher ou de fêmea; relativo às mulheres, qualificativo do gênero que indica os seres fêmeos ou considerados como tais*”. No verbete feminilidade, por sua vez, traz: “*caráter próprio da mulher, o sexo feminino considerado em sua totalidade*”.

No verbete masculino: “*o sexo do varão*”, sendo que masculinidade é definida como: “*qualidade de masculino ou másculo; virilidade*”. Como vemos, as definições do dicionário apontam que as diferenças entre homens e mulheres ainda estão fortemente assentadas em preceitos biológicos e anatômicos, sendo que no verbete masculino qualidades como *m másculo* e *viril*, o que não acontece no verbete sobre o feminino, revelando nessas qualidades atribuições historicamente construídas.

Ainda no dicionário, no que se refere ao verbete ativo: “*se caracteriza pela ação ou prática e não pela contemplação; objetivo; quem está sempre em atividade; atuante, presente; que tem participação, influência, autoridade; respeito*”; “atividade”: “*qualidade do que é ativo; modo de ser*

[1] A atribuição de mais moralidade às mulheres desse período, como demonstra Federici, refere-se à moralidade sexual. Já com a metapsicologia da feminilidade de Freud, que veremos mais adiante, teremos teorizado que o superego das mulheres seria considerado com um menor senso de justiça devido ao fator da inveja do pênis. Mediante essa inveja, as questões sociais não despertariam grande interesses para as mulheres, pois esses interesses seriam mais fracos diante da fixidez libidinal na fase fálica, deixando seus psiquismos mais propensos à imutabilidade (FREUD, 1933, p. 293).

*que age ou tem capacidade de ação, não sendo meramente receptivo ou passivo; rapidez de ação; presteza prontidão”.*

No verbete passivo: *“que sofre ou recebe uma ação; sujeito à vontade alheia; que presta obediência irracional”*; e passividade: *falta de capacidade de manifestar determinação; atitude de passivo; passivismo*”. Esses termos nos fazem perceber que a associação do feminino ao passivo expressa, além de uma intenção de dominação (*“sujeito à vontade alheia”*), aponta para uma forma de subordinação e apassivamento das mulheres.

Os corpos femininos ou afeminados foram e, ainda são, alvos da hegemonia masculina, sendo a história da sexualidade um campo de pesquisa que confirma essa proposição. A sexualidade humana tornou-se campo de estudos que abrange questões econômicas, políticas e sociais. A sexualidade, como um conceito que necessita ser compreendido de maneira ampliada, diz sobre a maneira pela qual o sujeito pode ou não pertencer à sociedade. Sabemos que os corpos dissidentes sofrem as mais variadas formas de discriminação e preconceitos e que a autonomia em relação ao próprio corpo não é a mesma para os homens e para as mulheres. Considerando isso, perguntamos: Haverá uma única forma de pensar sobre as mulheres e sobre as formas de reparação para as injustiças sofridas? Como a psicanálise e seu entendimento de uma sexualidade ampliada podem ser um campo de possibilidades para a conscientização e enfrentamento das imposições de gênero?

Com o feminismo decolonial articulado a outros campos do saber, incluindo a psicanálise, buscamos tornar visível a degradação não só da mulher branca, europeia, burguesa, heterossexual e cisgênero - referência universal de mulher para a psicanálise até então. A condição subordinada das mulheres excluídas da universalidade da categoria “mulher”<sup>2</sup>, segundo Lugones (2020), revela uma posição duplamente opressora: pelo colonizador e pelo homem colonizado. Nessa vertente, desde o período do colonialismo, ocorrido há cinco séculos, que impôs o que seria uma mulher e o que seria um homem, se utilizou de determinismos que, por muito tempo ficaram disfarçados de biológicos e naturais, porém, na verdade foram construções forjadas pelos interesses dominantes na cultura ocidental. As epistemologias africanas e seu conceito de família não

[2] “Mulher” entre aspas, para marcar o recorte de classe e raça dessa categoria, não podendo ser compreendida como universal. Dessa categoria estão excluídas as mulheres não brancas, como veremos adiante.

genericada, que fazem a crítica à categoria “mulher” desvelando os interesses sociopolíticos por trás dessas determinações (OYĒWÙMÍ, 2024), vem desvelar os interesses sociopolíticos por trás dessas determinações.

## Mulheres na história: Idade Antiga e Idade Média

No matriarcado, tempo das primeiras organizações sociais, a sexualidade era exercida com maior liberdade. Ao longo do tempo, à medida que as economias se tornaram mais complexas, essa liberdade foi encontrando maiores restrições e repressões. Com o domínio da agricultura na maior parte das regiões (entre 9000 e 5000 A.E.C<sup>3</sup>), a estrutura da sexualidade foi modificada de diversas maneiras. Como as pessoas passaram a fixar moradia, tornou-se possível supervisionar o comportamento sexual delas. Esse controle também teve o objetivo do asseguramento da paternidade, pois, devido à importância da transferência das propriedades e das terras por herança, passou-se ao controle da sexualidade feminina, diferenciando-se com isso os padrões de gênero (STEARNS, 2010, p. 31).

Assim, o controle sobre o sexo passou a ter uma importância maior: havia uma preocupação para que o número de filhos fosse o suficiente para servir de mão de obra no trabalho de cultivo e que não fosse demasiado para não gerar dificuldades de subsistência.

No nordeste da África, nesse período, já ocorria a circuncisão feminina (a excisão do clitóris) como meio de coibir o prazer da sexualidade feminina, principalmente no que se referia a masturbação. Só posteriormente ganhou significação religiosa, porém sempre servindo aos interesses masculinos. Sob o disfarce da religião, essa prática existe até hoje em partes da África, Península Arábica e Ásia (*Ibidem*, p. 38).

Em se tratando de religião, esta foi outra grande influência nos padrões da sexualidade e sua consequente hegemonia masculina. Entre 600 e 1450 (E.C), o comércio mundial cresceu concomitantemente ao poder religioso. O cristianismo começava a deslocar-se para o norte, além do Império Romano. As novas crenças associadas à sexualidade, como a significação pecaminosa do sexo, tornaram-na cada vez mais regulada e menos relacionada com aspectos positivos à espiritualidade

[3] A.E.C significa “Antes da Era Comum” e E.C “Era Comum”. Trata-se de um novo sistema, amplamente utilizado na atualidade para expressar o período “Antes de Cristo” (A.C) e “Depois de Cristo” (D.C), utilizado pelo autor.

(*Ibidem*, p. 76). A “má conduta sexual” podia ser crime contra Deus. Sendo assim, as práticas sexuais fora dos padrões permitidos foram punidas severamente.

Na baixa idade média dá-se a crise do feudalismo, que abre caminho para a formação de um sistema econômico social que irá promover inúmeras transformações, alcançando um nível global de expansão: o capitalismo. Ele está intimamente atrelado ao racismo e ao sexismo; explora mulheres, sujeitos colonizados, descendentes de escravos africanos, assim como imigrantes (FEDERICI, 2017). Falar de transição do feudalismo para o capitalismo, segundo Federici, é uma forma de tratar esse fato histórico como ficção. A transição para o capitalismo aconteceu de forma sangrenta e descontínua na história mundial. Por isso a autora utiliza a palavra transição entre aspas:

O conceito de ‘transição’ nos ajuda a pensar em um processo prolongado de mudanças e em sociedades nas quais a acumulação capitalista coexistia com formações políticas que não eram ainda predominantemente capitalistas. Contudo, o termo [transição] sugere um desenvolvimento histórico gradual, linear, ao passo que o período que o termo se refere foi um dos mais sangrentos e descontínuos da história mundial. (FEDERICI, 2017, p. 116)

Seguindo o pensamento da autora, temos que o capitalismo surge da escravidão, do roubo, do assassinato, sendo sustentado pela expropriação e violência. Nesse contexto histórico, a história das mulheres na “transição” do feudalismo para o capitalismo, introduz em sua posição social (especialmente das proletárias) a divisão sexual do trabalho. Essa divisão passou a determinar relações diferentes entre homens e mulheres, promovendo uma reconfiguração de suas relações, na qual estariam presentes ideologias de gênero, que não podem ser pensadas fora da intersecção com a questão de classe.

## Período Moderno

Entre 1450 e 1750 atravessamos a era do comércio e das colônias, período este que trouxe para a sexualidade humana o encontro

e o envolvimento entre os povos. A inclusão das Américas no circuito mundial foi um grande marco. Os povos ameríndios sofreram em larga escala com as doenças trazidas da Europa e da África; 80% da população nativa morreu em dois séculos (STEARNS, 2010, p.109). Os colonizadores europeus impuseram seus padrões sexuais aos povos que colonizaram. Nas famílias burguesas, pautadas pela moralidade cristã, a vida sexual tinha como foco a reprodução dentro do casamento. Esse modelo sexual foi imposto aos indígenas e isso ensejou os exploradores do Novo Mundo a concluírem que os nativos eram imorais e desregrados sexualmente. De Colombo em diante proliferaram comentários sobre os costumes reveladores e a seminudez dos nativos (STEARNS, 2010, p.119); “Américo Vespúcio escreveu sobre o quanto as nativas eram luxuriosas e sexualmente disponíveis” (*Idem*, p. 120).

As leis coloniais impuseram às mulheres restrições severas. Meninas indígenas eram punidas se fossem vistas conversando sozinhas com um homem. O desejo erótico dos europeus era imposto violentamente às mulheres nativas. “Muitos europeus registraram suas conquistas sexuais como questão de grande orgulho, à medida que uma noção de ‘direito do macho’ começou a fazer parte de uma definição americana de masculinidade” (*Idem*, p. 122). Assim, com a violenta chegada dos colonizadores nas Américas, teve início a miscigenação, e os chamados “mestiços” compuseram a maioria da população.

Se a demonização dos povos indígenas das Américas foi justificativa para sua escravização e saque de seus recursos, na Europa “o ataque contra as mulheres justificou a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução” (FEDERICI, 2017, p. 203). Segundo a autora, a caça às bruxas (com predominância nos séculos XVI e XVII) foi um momento decisivo na vida das mulheres, definidas então, assim como se passou com os indígenas, como seres demoníacos. As assim chamadas “bruxas” foram acusadas de sacrificar crianças para o demônio, sofrendo as práticas mais atrozes da história, deixando em seu psiquismo marcas duradouras. O principal objetivo para a demonização das mulheres foi o interesse em dismantelar o controle de natalidade e da sexualidade não procriativa, sobre a qual as mulheres tinham

saberes. A perseguição a essas mulheres manteve-se disfarçada de religiosidade, sendo que a real razão para o ataque estava na condição ativa e de autonomia das chamadas “bruxas”.

A caça às bruxas aconteceu no mesmo período da acumulação primitiva, que conforme Karl Marx, correspondeu ao processo político que deu sustentação ao capitalismo (FEDERICI, 2017, p. 35). Federici levanta uma crítica à análise de Marx sobre a *acumulação primitiva* do capitalismo, indicando que ela se restringe ao proletariado do sexo masculino. A autora, então, examina as mudanças na posição social das mulheres sob três perspectivas: 1) uma nova divisão sexual do trabalho; 2) a construção de uma nova ordem patriarcal, a qual excluiu a mulher do trabalho assalariado, gerando sua subordinação ao homem; 3) a transformação da mulher em máquina de produção de novos trabalhadores (*Ibidem*, p. 26). Acrescentamos um quarto fator de degradação e subordinação como consequência desses três: a destinação da mulher ao passivo.

Se a princípio a caça às bruxas pareceu ser uma cruzada religiosa em defesa da fé cristã, sob a análise do feminismo, é possível perceber outros limiares políticos e econômicos, a serviço do desenvolvimento do capitalismo. A classe dominante europeia teve ao longo de três séculos as bases de implantação do capitalismo, colocando a classe trabalhadora sob seu comando. Sendo assim, a caça às bruxas acompanhou o desenvolvimento do capitalismo.

Nesse período ocorreu a chamada “*apropriação primitiva*”, (FEDERICI, 2017) ou seja, apropriação dos homens sobre o trabalho das mulheres, reduzindo a mulher a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens (marido, pai etc.). As atividades das mulheres sendo definidas como não trabalho, tanto por não receberem salários por parte do empregador, como por ficar a cargo delas o trabalho doméstico, entendido como algo próprio às mulheres, tornando-as bens comuns. Foi uma grande derrota histórica, uma vez que o trabalho das mulheres começou a parecer um recurso natural disponível a todos, promovendo a *feminização da pobreza* (*Idem*, p. 191). “A diferença de poder entre homens e mulheres e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade tida como natural, permitiram ao capitalismo ampliar imensamente ‘a parte não remunerada do dia de trabalho’ e usar o salário masculino para acumular trabalho feminino” (*Idem*, p. 232).

As mulheres, a partir dessa desvalorização enquanto trabalhadoras, privadas de sua autonomia, sofreram um processo de degradação social. Retiradas do espaço público devido a opressão masculina, foram apassivadas.

A colonização dos povos, sobretudo na América do Sul, foi determinante para a instauração de um sistema que demarcava e classificava quem era superior e quem teria que ser considerado inferiorizado. A questão do gênero não escapou a essa ação, desdobrando-se no que foi compreendido por colonialidade do gênero (LUGONES, 2020).

### Sistema moderno/colonial de gênero

Maria Lugones conceituou o *Sistema Moderno/Colonial de Gênero* (2020), a partir da análise de duas linhas: a noção de *colonialidade do poder* de Anibal Quijano (2005) e a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade. O imbricamento dos termos moderno e colonial, se dá com o advento do capitalismo. Para Lugones essa interseccionalidade é a chave para a compreensão da diferença dos homens com relação às violências que as “mulheres de cor<sup>4</sup>” sofrem; tanto do colonizador, como do homem colonizado. A colonialidade do poder é inseparável da colonialidade do gênero e, para a autora, o feminismo hegemônico parece ignorar a questão da intersecção, privilegiando para a categoria “mulher”, somente a mulher branca, pertencente à família nuclear e burguesa. A mulher branca igualada à mulher universal não apresenta a questão racial e, portanto, não cria coalizões com os outros elementos da intersecção (LUGONES, 2020, p.80).

O motor propulsor para o fenômeno da colonialidade, foi a dominação capitalista eurocêntrica e global, que se faz presente no imaginário, fantasias e no psiquismo do colonizado. Essa dominação é estruturante da subjetividade dos povos. Por esse motivo, a colonialidade do poder, segundo Quijano (2005), constitui um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocêntrico, a partir da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores (MAIA; MELO 2020, p. 232). O conceito de raça, portanto, deu suporte para todas as formas de dominação pela colonialidade sobre povos colonizados. Sustentada por três

[4] “Mulheres de cor” é um termo utilizado por Lugones, não tratado como um marcador social pela autora. Esta frase foi adotada pelas mulheres subalternas, vítimas de diferentes dominações, cunhado nos Estados Unidos por mulheres vítimas da dominação racial. Não propõe uma identidade, mas sim uma coalização orgânica entre as mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, siouxies, chicanas, mexicanas, enfim, todas as vítimas da colonialidade de gênero, compondo a base do feminismo decolonial (LUGONES, 2014).

pilares fundamentais, a colonialidade do poder parte: 1) da modernidade eurocêntrica, 2) do capitalismo mundial e 3) da colonialidade. Nas colônias foram instituídas categorizações hierarquizadas: indígenas, negros, amarelos, mestiços, brancos, e o mundo começava a se organizar em categorias binárias. Sendo assim, a ideia de raça foi o elemento central para a legitimação do poder europeu sobre os demais povos.

Já com o sistema moderno/colonial de gênero de Lugones, podemos visualizar com profundidade a imposição colonial, aprofundando historicamente seu alcance destrutivo. Com sua crítica à colonialidade do poder de Quijano, Lugones aponta que o sociólogo peruano chega a marcar o entendimento capitalista eurocêntrico e global sobre o gênero, contudo sua análise mantém velada a compreensão de que as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e destituídas de poder (LUGONES, 2020, p. 56). Quijano apresenta uma descrição de gênero estreita e hiperbiologizada. Segundo a autora, ele parte do dimorfismo sexual, da heterossexualidade e da distribuição patriarcal do poder, assumindo que as diferenças de gênero são formadas nas disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. O sexo para ele é inquestionavelmente biológico (LUGONES, 2020, p. 61).

Contrariamente a Quijano, Lugones diz que o sexo biológico é socialmente construído, e o sistema de gênero do capitalismo eurocêntrico global é o responsável por reduzir o conceito à função do controle do sexo, seus recursos e produtos. Essa ideologia moderno-europeia apresentada como biológica, conceitua a raça e racializa o gênero de forma diferente para os europeus-brancos e para os colonizados não brancos. O sistema de gênero tem um lado visível/iluminado em contraponto a um oculto/obscuro. O lado visível/iluminado tem o gênero e as relações de gênero, construídas hegemonicamente pela colonialidade do poder, promovendo o significado colonial/moderno de “homem” e “mulher”. O dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado pertencem a este lado visível/iluminado, já o lado oculto/obscuro desse sistema é marcado pela violência. Os que não pertencem ao padrão hegemônico do sistema têm o gênero e a humanidade negados.

As fêmeas excluídas eram seres sem gênero, sexualmente consideradas para o abuso dos homens. Subordinadas, sem

feminilidade, e nas palavras de Lugones: “tratadas como animais, em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, as crianças e os animais pequenos” (*Idem*, p. 74). As violências infligidas às mulheres de cor, não podem ser comparadas às que sofrem as mulheres brancas, estas sim com uma feminilidade para ser desenvolvida e alcançada.

A diferença entre homens e mulheres (brancos/as e burgueses/as), reconhecida pelo capitalismo global e eurocêntrico, elide a questão da biologia como ficcional e construída. O capitalismo constrói a heterossexualidade como norma, coerente ao sistema de gênero moderno/colonial, “duramente perversa, violenta, degradante, e que sempre funcionou como ferramenta de conversão de pessoas ‘não brancas’ em animais e de mulheres brancas em reprodutoras da raça (branca) e da classe (burguesa) (*Idem*, p. 72).

Na perspectiva decolonial, as mulheres europeias brancas foram conduzidas à condição de passivas, tanto sexualmente quanto no papel a elas destinado no seio da família burguesa. As feministas brancas, que não reconheceram a questão da colonialidade, lutaram pela imagem de uma mulher frágil, teorizando o sentido branco de ser mulher como se todas as mulheres fossem brancas ((LUGONES, 2020, p. 73). Em direção oposta, as mulheres colonizadas (não-europeias-brancas), além de vítimas pelas agressões sexuais, foram entendidas como seres fortes que aguentam qualquer tipo de trabalho (*Idem*, p. 75).

Ao citar Oyèrónké Oyèwùmí, Lugones exalta o quanto a pesquisadora nigeriana possui uma teoria mais abrangente do que a de Quijano acerca do sistema de gênero no capitalismo. Oyèwùmí, ao tratar da sociedade iorubá, aponta que o colonialismo impôs a subordinação das fêmeas nos mais variáveis aspectos da vida (*Idem*, p. 64). Como o gênero não era um princípio organizador na sociedade pesquisada, o patriarcado não foi colocado em oposição ao matriarcado, pois não havia uma cultura generificada nessa organização social. A introdução da noção de gênero, feita pelos europeus, acarretou, acarretou uma dominação operada por dois tipos de categorias: o binarismo e a hierarquização das relações.

A exclusão das mulheres da esfera pública colonial, é uma tradição que foi exportada para a África [...] O mesmo processo que categorizou e reduziu as fêmeas a

‘mulheres’ as desqualificou para papéis de liderança [...] O surgimento de mulher como categoria reconhecível, definida anatomicamente e subordinada ao homem em todo o tipo de situação, é resultado, em parte, da imposição de um estado colonial patriarcal. (Oyěwùmí, *apud* LUGONES, 2020, p. 66)

A autora nigeriana busca acrescentar aos fundamentos eurocêntricos as epistemologias africanas, indicando que o pensamento feminista está limitado por estar enraizado na família nuclear burguesa. A família nuclear é, por excelência, o espaço da generificação: em cada casa há uma mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos (Oyěwùmí, 2020, p. 88). O feminismo branco atrelado a esse tipo de família não considera raça e classe, pois devido a não variabilidade desta constituição familiar, essa intersecção não é visualizada.

Como contraposição, a organização familiar iorubá, do sudeste da Nigéria, não generificada é tomada como referência. O centro de poder dentro da família é a ancialidade e não o gênero. A linhagem é o seu sistema familiar, baseado nas relações consanguíneas. “Os membros da linhagem são chamados *omo-ile* e classificados individualmente por ordem de nascimento. Todas as fêmeas que entram na família pelo casamento são conhecidas como *iyawo-ile* e classificadas por ordem de casamento [...] O modo de integração à linhagem é onde está a diferença crucial: nascimento para *oko* e casamento para *iyawo*” (Oyěwùmí, 2020, p. 92).

O objetivo de Oyěwùmí é demonstrar, através dos exemplos africanos, uma quebra de paradigma ao universalismo nos discursos de gêneros feministas. Mulher e gênero são categorias construídas a partir de ideais e conceitos coloniais e necessitam ser repensados criticamente à luz do feminismo e dos pensamentos decoloniais.

## Vitorianismo

Caminhando para os séculos XVIII e XIX, temos algumas das mudanças mais consistentes na história da sexualidade. Nesse período surgiu a burguesia, que constituía um tipo de família que melhor convinha às exigências da época. Antes da célula familiar constituída pela burguesia havia um poderoso espírito

de clã; contudo, com o estabelecimento da família privada, além de restringir as trocas relacionais entre os membros da família expandida, centrando as relações somente em torno da família nuclear, foram definidos os papéis para o comportamento sexual. A burguesia reservava ao domínio privado tudo o que a nobreza tinha que mostrar publicamente para elevação de seu estatuto social (USSEL, 1980, p. 111).

O século XVIII apresentou mudanças que expressaram movimentos de avanços e resistências. A capacidade dos pais de supervisionar as atividades sexuais dos filhos declinou com a crescente urbanização. Houve uma retração tanto do comércio manufatureiro quanto da atividade agrícola devido à migração populacional para os centros urbanos. Sem a herança de terras para deixar para os filhos, estes tinham maior liberdade de circulação para fazer a própria vida. A isso Stearns (2010) chamou de “primeira revolução sexual”, em contrapartida surgiu uma reação social que defendia padrões sociais mais conservadores, culminando em novas restrições. Essa força de resistência à liberdade sexual resultou em um novo movimento, o vitorianismo (STEARNS, 2010, p. 156).

Com o estabelecimento da burguesia adentramos a Era vitoriana, período correspondente ao reinado da Rainha Vitória, no Império Britânico (1837-1901), no qual se deu o auge do desenvolvimento industrial. O vitorianismo não se define de uma única maneira, entretanto é inegável que seu interesse tenha sido diretamente voltado para a sexualidade, como em nenhum outro momento histórico até então (*Ibidem*).

A atividade sexual foi limitada ao casamento, e os ímpetos dos jovens precisariam ser controlados. Um novo modelo de feminilidade surge então: a mulher, esposa ideal, passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas (FEDERICI, 2017 p. 205). As mulheres, tratadas como seres passivos, assexuados, obedientes, foram consideradas mais morais que os homens, ou seja, a elas caberia manter a sexualidade sob controle, para que a natureza mais sexual dos homens fosse contida, em contraponto à natureza da sexualidade feminina que era considerada mais passiva.

A família surgiu como instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres. Seguindo o conceito de *apropriação primitiva*, de Federici, na nova

família burguesa o marido tornou-se o representante do Estado, disciplinava e supervisionava as “classes subordinadas”, o que incluía a esposa e os filhos. A identificação da família como um “microestado” nasce daí (FEDERICI, 2017, p. 193).

A mulher, dentro desse regime familiar, estava excluída dos negócios familiares, e só lhe cabia cuidar dos trabalhos domésticos. Se na classe alta era a propriedade que dava ao marido poder sobre a mulher, nas classes trabalhadoras era a não remuneração do trabalho das mulheres que dava aos homens poder sobre elas. Os homens trabalhadores da indústria artesanal e doméstica recebiam o salário da mulher, criando condições materiais para sua sujeição aos homens, o que Federici denominou de “*patriarcado do salário*” (*Idem*, p.195). Ou seja, é possível perceber que em vez de um registro de pagamento pelo trabalho realizado, as mulheres receberam um “apagamento”, de onde se entrevê um apassivamento de sua condição na vida. Foi somente no século XIX que a família moderna, centrada no trabalho reprodutivo e no trabalho da dona de casa em período integral, não remunerado, se estendeu à classe trabalhadora, primeiramente na Inglaterra e depois nos EUA.

Determinismos de gênero ganharam força no período vitoriano. Ao biológico foram atribuídas justificativas que naturalizavam características relacionadas ao ser. Os homens eram entendidos como sexualmente mais agressivos, com mais dificuldades de controlar sua sexualidade, cabendo às mulheres não os “provocarem” sexualmente. Assim, elas foram colocadas como agentes civilizadoras, pois acreditava-se que tinham pouco ou nenhum desejo sexual. É curioso notar que, se por um lado tinham menos desejo sexual, por outro tinham o dever de atender às demandas sexuais de seus maridos. Caso elas fossem consideradas mais sexualizadas do que deveriam, eram condenadas.

Os vitorianos também demonstravam avidez para condenar as mulheres que dessem mostras de ser sexualmente agressivas (ou simplesmente fossem mais ativas), pois estas violavam não apenas a moralidade, mas a própria feminilidade; já os homens transgressores podiam ser mais facilmente perdoados, por causa de seus níveis mais altos de desejo. (STEARNS, 2010, p, 162 [grifo da autora])

Sem a célula familiar burguesa, fundada no casamento monogâmico, a Revolução Industrial não teria tido a velocidade que teve. Paul B. Preciado nos aponta que:

As primeiras máquinas da [primeira] Revolução Industrial não foram nem a máquina a vapor, nem a imprensa, nem a guilhotina, mas o trabalhador escravo da fazenda, a trabalhadora sexual e reprodutiva e o animal. As primeiras máquinas da Revolução Industrial foram as máquinas vivas. (PRECIADO, 2020, p. 132)

A partir dessa configuração da família burguesa, a atribuição dada às mulheres de serem as detentoras da moralidade nos âmbitos familiar e social acarretou novas formas de sofrimento psíquico, além de determinar o que seria uma vida sexual “normal” e adequada a esses padrões burgueses. A histeria é um exemplo de acometimento ligado principalmente às mulheres. Com grande expressão nos séculos XVIII e XIX, em meio à era vitoriana, os sintomas histéricos expressavam o sofrimento das mulheres dentro dessa forma de organização social. Já conhecida desde a antiguidade, a histeria era compreendida como a circulação do útero pelo corpo das mulheres (a palavra histeria vem do grego *hystéria*, que significa útero).

Determinando-se padrões mais rígidos do que seria feminino e masculino, às mulheres ficou estabelecida sua inferioridade em relação aos homens, sua excessividade emocional, sua incapacidade de governar e a necessidade de serem colocadas sob o controle masculino, sofrendo, segundo Federici, um “processo de infantilização global”. Infantilizadas, teriam que ser tratadas como as crianças, que passivas como são em relação ao mundo dos adultos, nada podem decidir e precisam ser tuteladas (FEDERICI, 2017, p. 200).

### Reverberações na Psicanálise

A psicanálise nasce em plena era vitoriana. Se, por um lado, Sigmund Freud abalou a crença de que as crianças não têm sexualidade, conceituando a psicosexualidade humana para além da sexualidade biológica (FREUD, 1905), por outro, conservou as

influências do vitorianismo em sua teorização acerca da mulher e da sexualidade feminina (FREUD, 1931;1933).

Uma associação se fez presente por toda a obra de Freud: *ativo-fálico-masculino, passivo-castrado-feminino*. Temos nesses dois trinômios a máxima expressão da associação da mulher ao passivo e, respectivamente, do homem ao ativo. Nesta associação se apresentam imperativos culturais masculinos, que impõem ao feminino formas sociais e sexuais de existir. A teorização acerca da sexualidade do menino foi tomada como padrão de referência para a investigação sobre a sexualidade da menina. Num funcionamento sociocultural marcado pelo culto ao falo, não é de se estranhar que a teoria da sexualidade da menina tenha sido articulada a partir da ausência de percepção da vagina e que o clitóris seja concebido como um pênis diminuto

O próprio Freud reconhecia suas limitações para pensar a mulher, considerando-a um enigma (FREUD, 1931;1933). Descreveu três sentidos para decompor o que seria masculino e feminino: psicológico, biológico e sociológico. O ativo e o passivo fazem parte do primeiro sentido, e diz ele em uma nota de rodapé de 1915 no texto *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905) que esse seria o sentido mais útil para a psicanálise.

No segundo sentido, as definições de masculino e feminino estão associadas à presença dos óvulos e de espermatozoides: “A atividade e suas manifestações concomitantes – desenvolvimento muscular mais vigoroso, agressividade, maior intensidade de libido – costumam ser vinculadas à masculinidade biológica, embora essa não seja uma associação necessária já que existem espécies animais em que essas propriedades correspondem, antes à fêmea” (*Idem*, 1905, p. 207). O terceiro sentido, o sociológico, parte da observação dos indivíduos masculinos e femininos no contexto social:

[...] Essa observação mostra que, no que concerne ao ser humano, a masculinidade ou a feminilidade pura não são encontradas nem no sentido psicológico nem no biológico. Cada pessoa exhibe, ao contrário, uma mescla de seus caracteres sexuais biológicos do sexo oposto, e ainda uma conjugação de atividade e passividade, tanto no caso desses traços psíquicos de caráter dependerem dos biológicos quanto no caso de independem deles. (FREUD, 1905, p. 208)

Todavia, parece que essa constatação de Freud não foi suficiente para abandonar por completo o apoio na anatomia. Apontando para a bissexualidade, ele pretendeu nos mostrar que traços relacionados à atividade e à passividade estariam presentes em todos. Contudo, atividade e passividade permaneceram associadas, respectivamente, a masculino e feminino. Percebemos que nesta associação prevaleceram os determinismos culturais fortemente impostos pelos rígidos padrões de gênero construídos.

Importante ressaltar que atividade e passividade são modalidades que qualificam a vida pulsional para a psicanálise. No inconsciente não há determinações ou categorizações sobre masculino-feminino, homem-mulher etc. Todas essas construções são secundárias e se presentificam no psiquismo através da transmissão que, desde o início da vida do bebê, os adultos cuidadores fazem dos códigos culturais e esquemas narrativos (LAPLANCHE, 2015).

Freud considera que a menina atravessa uma fase masculina – e, portanto, ativa –, a fase fálica, em que ela se sente como um homenzinho com seu pequeno pênis, que ela espera que cresça e fique igual ao que observou nos meninos. Para alcançar a feminilidade, a menina abandona sua fase ativa fálica, também chamada clitoridiana, caminhando em direção à sua verdadeira condição feminina, determinada por seu órgão sexual feminino considerado passivo, a vagina. “A anatomia é o destino” (1924), disse Freud, revelando a marca do período vitoriano em que o determinismo biológico buscava camuflar o determinismo cultural vigente.

Com isso, os três “destinos” para o desenvolvimento sexual da mulher seriam: 1) diante do ínfimo órgão atrofiado, seu pequeno clitóris, iria viver uma inibição sexual ou seria levada à neurose; 2) reagiria com revolta pela falta do pênis e na esperança de um dia possuí-lo, se apegaria ao complexo de masculinidade, promovendo modificação de caráter, culminando em uma escolha de objeto homossexual; 3) Tomaria o pai como objeto, encontrando a forma feminina do complexo de Édipo, levando-a a um desenvolvimento dito “normal” de sua sexualidade (FREUD, 1931).

Na teoria freudiana, o reconhecimento da diferença entre os sexos se dá com a percepção da presença-ausência do pênis. Partindo de um universalismo da diferença sexual, Freud entende como natural que o menino tema perder o pênis quando constata

que alguém não tem o órgão e que a menina se sinta faltante e passe a ter inveja do pênis. O primeiro passo para a entrada da menina na fase fálica e, conseqüentemente, no complexo de Édipo, seria a observação do pênis e a diferença encontrada em si. É a partir da visualização de um irmãozinho ou amiguinho que a menina perceberia o seu pequeno pênis (o clitóris) e imediatamente atribuiria ao pênis do menino uma superioridade em relação ao seu órgão pequeno e imperceptível (*Idem*, 1925).

Segundo Laplanche (2015), a constatação da diferença sexual dos corpos deveria ser a marca da diversidade desses corpos e não a percepção de uma falta. Quando uma criança observa o corpo de uma mulher, ela não necessariamente vê um não-pênis, o fator da visibilidade do órgão parece ter uma grande influência na manutenção do dimorfismo sexual, que mantém a diferença em termos de superioridade/inferioridade.

Muito já se questionou e foi teorizado sobre o desenvolvimento da psicosexualidade feminina em Freud. Críticas sobre a afirmação da ausência de percepções vaginais da menina até a puberdade foram feitas inclusive por psicanalistas contemporâneos a Freud como Karen Horney (1926), Ernest Jones (1933), Melaine Klein (1928), são alguns exemplos de psicanalistas. Interessante notar que, no início do século XXI, reparações teóricas ainda estavam sendo feitas em relação a metapsicologia da sexualidade feminina das primeiras décadas do século anterior.

Joel Birman, é um dos autores que inverteu a lógica freudiana que estabelece uma posição inicialmente masculina no desenvolvimento da menina em direção à feminilidade. Segundo o autor, a feminilidade revelaria o originário no psiquismo, algo anterior a ordenação da subjetividade fundada a partir do falo (BIRMAN, 2001, p. 223). Nesse encontro com a feminilidade originária nos depararíamos com uma sexualidade antecessora à sexualidade infantil da fase fálica. Ao invés disso, teríamos em contraposição uma sexualidade que se instaura igualmente em todos os sujeitos, independente do sexo e do gênero. Nesse início da vida estaríamos todos em igual condição de passividade, portanto, passivo não estaria associado somente ao feminino. Estaria, assim, como condição de uma feminilidade originária.

Ao nosso ver, é problemática a manutenção da associação entre “feminilidade” e “passividade”, uma vez que tal binômio é efeito

de uma construção histórica atrelada aos interesses da hegemonia masculina. Entendemos ser premente para a teorização psicanalítica que as metas ativa e passiva da pulsão sejam desassociadas dos termos “masculino” e “feminino”, pois tal vinculação só faz reforçar as representações do masculino e do feminino sustentadas socio-culturalmente a partir do fenômeno da colonialidade.

## Dimensões do passivo

O percurso feito neste artigo sobre a condição das mulheres ao longo da história da sexualidade permitiu apontar um forte determinismo cultural erigido principalmente no Período Moderno e ainda hoje difícil de transpor: a associação da mulher ao passivo. Tal associação passou por variações que escolhemos chamar de dimensões.

Acompanhar a pesquisa histórica e a periodização feita por Stearns nos permitiu levantar hipóteses como a de que, desde o advento da agricultura, as mulheres vêm sofrendo uma continuada subordinação que resulta em perdas de direitos em relação à sua autonomia. A primeira dimensão do passivo apontada passou pela constituição da família dentro de uma esfera estabelecida devido à propriedade privada das terras do período da agricultura. Com a influência religiosa cresceram as restrições sexuais, e cada vez mais a religião e a sexualidade apareceram como antagonicas, onde moderação sexual e fins procriativos para o sexo tornavam-se inseparáveis.

A feminilidade considerada como obra do demônio trouxe um desfecho de extrema violência para as mulheres. As que foram consideradas “bruxas” tinham independência em relação à reprodução, podiam ter o controle sobre seus corpos, tornando-se ameaças para os interesses vigentes. A condição de autonomia em relação à sexualidade e à natalidade daria para a mulher um lugar de visibilidade e, portanto, um lugar de poder - ativo em contraposição ao passivo que lhe foi destinado. Com o intuito de apagamento daquilo que poderia ser considerado uma potência feminina, assim, o fenômeno da caça às bruxas promoveu uma condição das mulheres ao passivo, retirando a autonomia sobre seus corpos e sua existência.

O desenvolvimento do capitalismo na perspectiva feminista, no que diz respeito à sua expansão, revelou que na globalização

do mesmo sistema, retornavam os seus aspectos mais violentos da acumulação primitiva. No caso das mulheres e do seu trabalho não remunerado restavam-lhe uma extrema dependência. Essa imposição de apassivamento de sua condição financeira se concretizava na *feminização da pobreza*.

A condição reprodutora da mulher a serviço do capitalismo promoveu a acumulação de trabalho para esse sistema. Com essa força de trabalho, ocultada pelo disfarce de um destino biológico, conduziu à *apropriação primitiva* das mulheres (Federici, 2017). Entendemos, a partir das colocações de Federici, que nesse contexto no qual se instaura o sistema capitalista uma outra dimensão do apassivamento das mulheres se apresenta. Colocada em uma condição de dependência em relação ao homem, a mulher não disporia de recursos financeiros, emocionais e psíquicos para modificar essa condição. O que se percebe é que seja no feudalismo, seja no sistema capitalista, as mulheres tornaram-se ferramentas indispensáveis para a manutenção do *status quo*.

A degradação das mulheres, também chamada de subordinação por Lugones, designou, em nosso entendimento, um apassivamento de suas potencialidades. Submetidas e subordinadas, não possuíam muitos recursos para transformar essa condição. Pudemos constatar que a dimensão de apassivamento, não pode ser compreendida universalmente entre as mulheres. O que pôde haver de mais próximo entre as mulheres brancas e não brancas, foi a subordinação à hegemonia masculina. Para as mulheres não brancas, no entanto, os determinismos socioculturais impuseram uma subordinação dupla, conforme aponta Lugones.

Todavia, todas as mulheres ainda estão submetidas ao controle do Estado na contínua proibição do aborto e na morosidade dos avanços nas pautas feministas. Vemos, então, que as dimensões do passivo devem ser compreendidas dentro de contextos históricos que ao longo dos séculos revelaram modos distintos, porém, contínuos de apassivamento. Pretendemos neste artigo considerar o apassivamento do feminino considerando as diferenças nas violências infringidas às mulheres de acordo com questões de classe social e raça.

A teoria psicanalítica freudiana sobre a sexualidade feminina foi um dos dispositivos de reprodução dos ideais eurocêntricos. Para Freud a condição de “normalidade” da sexualidade

feminina da mulher implicaria um apassivamento psíquico. O feminino precisaria ser dominado pelas metas pulsionais passivas, seja para a troca de órgão sexual (do clitóris para vagina), seja de objeto de investimento libidinal (da mãe para o pai). Com esse suposto destino não patológico para a sexualidade feminina agrega-se mais uma dimensão do passivo dimensão para as mulheres: agora no âmbito psíquico.

Diante do exposto, se expressa a necessidade da decolonização da psicanálise de sua matriz europeia. O campo psicanalítico tem a potencialidade para ser um dispositivo de desvelamento e desconstrução das estruturas patrico-coloniais recalçadas e transmitidas de maneira transgeracional. Mantendo-se aberta ao diálogo com as teorias decoloniais, a filosofia contemporânea e com o feminismo, a psicanálise se atualiza e se reinventa, condição fundamental para sua continuidade.

À medida que refletimos sobre isso, a partir da história da sexualidade e da perspectiva feminista decolonial, alcançamos um efeito de politização, pois o *sistema moderno/colonial* apresentado por Lugones, como uma organização social, torna visível a longa duração dessa hegemonia da colonialidade do poder até hoje atuante. A conscientização dessa engrenagem, sustentada pelo capitalismo de origem eurocêntrica e global, permite a não pactuação e a possibilidade de não colaboração com a violência de gênero estruturada na racialidade. Os estudos decoloniais têm alcançado outros campos do saber, dentre eles a psicanálise. Um trabalho de análise tem o potencial, inclusive, de propiciar uma condição crítica de pensamento e resistência a tudo aquilo que insiste em se conservar.

## Referências bibliográficas

**BIRMAN, J.** *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

**FEDERICI, S.** *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

**FREUD, S.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago. (1905). *Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade*. Vol. VII. ed. 1996.

- \_\_\_\_\_, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago. (1912). *Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa* (contribuições à psicologia do amor II). Vol IX. ed. 1996.
- \_\_\_\_\_, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago. (1925). *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. Vol. XIX. Ed. 1996.
- \_\_\_\_\_, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago. (1931). *Sobre a Sexualidade feminina*. Vol. XXI. Ed. 1996.
- FOUCAULT, M.** *A história da sexualidade – 1. A Vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2022.
- LAPLANCHE, J.** *Sexual*. Porto Alegre: Dublinense, 2015.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. L.** (1992). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, (1992)
- LUGONES, M.** Colonialidade e Gênero. In.: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio Janeiro; Bazar do Tempo, 2020, p.53-83.
- MAIA, B. S. R. E MELO, V. D. S.** A Colonialidade do poder e suas subjetividades. In.: *Teoria e Cultura – Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF*. Vol. 15/ n.2 2020 p. 231-242.
- OYĒWÙMÍ, OYÈRÓNKE.** Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In.: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 84 - 95.
- PRECIADO, P. B.** *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- STEARNS, P. N.** *História da sexualidade*. São Paulo: Contexto, 2010.
- VAN U. J.** *Repressão sexual*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.